

# **JOVENS, ONG E AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS VOLUNTÁRIAS: OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE, ADAPTAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO**

**Denise Maria Reis<sup>1</sup>**

**RESUMO:** A pesquisa de mestrado em educação da autora desenvolvida com os(as) jovens protagonistas da ONG SOS adolescente de Campinas/SP no período de 2007 a 2009 por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) apontou como resultados processos educativos humanizadores e emancipadores desencadeados pela participação na Organização e pela realização de ações socioeducativas voluntárias. Tais processos lhes propiciaram a compreensão de si próprios(as) e dos outros como sujeitos atuantes, vinculados por propósitos em comum de participação social. Com o presente trabalho, pretende-se iniciar uma discussão a respeito das mudanças alcançarem dimensões mais amplas e objetivas, assim como a formação buscar a resistência e transformação e não somente a adaptação. São apresentados dados da pesquisa e reflexões atuais ancoradas em debates e referenciais teóricos do curso em andamento de doutorado em educação e de grupos de pesquisa.

**Palavras-chave:** Voluntariado Jovem; Juventudes; ONG; Transformação Social

## **YOUTH, NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION AND SOCIAL AND EDUCATIONAL VOLUNTARY ACTION: OBJECTIVITY AND SUBJECTIVITY, ADAPTATION AND TRANSFORMATION**

**ABSTRACT:** The master's in education research from the author developed with the young protagonists of the Non-Governmental Organization SOS adolescent from Campinas/SP city in the period from 2007 to 2009 through the Graduate Program in Education at the Federal University of São Carlos (UFSCar) pointed results as humanizing and emancipating educational processes triggered by participation in the Organization and carrying out voluntary social and educational activities. These processes led them to understand themselves and others as acting subjects, bound by common goals of social participation. The present work intends to start a discussion about changes reaching larger and objective dimensions, as well as the formation achieving the resistance and transformation, not just adaptation. Research data are presented and current reflections anchored in theoretical reference and discussions of ongoing course of doctoral education and research groups.

**Key-words:** Youth Volunteering; Youth; Non-Governmental Organization; Social Transformation

### **Apresentação**

Este trabalho parte de considerações e resultados da pesquisa de mestrado em educação da autora realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) entre os anos de 2007 e 2009. O estudo buscou compreender, na perspectiva dos(as) jovens protagonistas da Organização Não Governamental (ONG) SOS adolescente de Campinas/SP, a participação social e as ações protagônicas e descrever os processos educativos desencadeados. Contudo, o presente trabalho tem como foco assinalar alguns elementos de caráter emancipador e também conservador, tanto a nível micro quanto macrossocial, das atividades socioeducativas desenvolvidas com e pelos(as) jovens da ONG. Para tanto, a autora lança mão de estudos e discussões realizados no seu doutorado em andamento também na área de educação e na mesma instituição de ensino superior, assim como daqueles realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Social e Ação Comunitária (GEPESAC) vinculado ao Centro

---

<sup>1</sup> Doutoranda pela UFSCar, Pesquisadora do GEPESAC. Email: denisebv@terra.com.br

Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) das cidades de Campinas e Americana/SP.

### **A ONG, os(as) jovens protagonistas e suas ações socioeducativas voluntárias**

A ONG SOS adolescente, no período da pesquisa, mantinha como objetivo trabalhar com a formação de adolescentes e jovens, desenvolvendo uma educação não escolar, mas que estava inserida no âmbito das políticas da assistência social dentro do eixo de proteção básica. Não tinha o propósito direto e explícito de formar para o mercado de trabalho, mas sim para o senso crítico, para a cidadania e participação social. O grupo de jovens participantes da pesquisa, denominado *Núcleo de Jovens Protagonistas* (um dos projetos da ONG), buscava alcançar tal propósito realizando debates semanais mediados por uma educadora – cabe ressaltar que era a própria pesquisadora –, com metodologias que priorizavam o lúdico e a participação dos sujeitos, e desenvolvendo ações socioeducativas voluntárias em suas comunidades, escolas, centros de saúde, ONGs, entre outros.

Partimos da compreensão da juventude como categoria social que é, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural (marcada pela diversidade) e uma situação social que certos sujeitos vivem em comum (GROPPO, 2000). Em razão da diversidade com que vivenciam essa fase, uma vez que, dos recortes socioculturais desdobram-se subcategorias de sujeitos jovens, com os seus próprios significados, comportamentos, produções culturais, valores, etc. (Ibidem), é que não existe uma única adolescência e uma única juventude. Por isso mesmo, marcadas pela heterogeneidade, é que se fala em adolescências e juventudes.

Se nas décadas de 60 e 70, os(as) jovens (do ensino superior e de classe média, não custa lembrar) agiam de forma mais politizada e contestadora talvez porque o inimigo estava mais definido e palpável. A partir dos anos 90, com a hipervalorização das juventudes como estilo de vida, o consumismo e todo contexto social, político e econômico neoliberal, pairam no ar as sutilezas e perversidade do sistema capitalista, favorecendo certamente a política do consenso, as preocupações e ações localizadas e o esfumaçamento das ideologias e posições políticas. É nessa década também que o voluntariado ganha nova roupagem, arrebanhando os(as) jovens que estão inseridos(as) em toda esta conjuntura.

Adair Sberga em 2001, Ano Internacional do Voluntário, publicou a obra *Voluntariado Jovem: construção da identidade e educação sociopolítica* na qual assinalou a idéia do voluntariado como proposta educativa para os(as) jovens. Nas palavras da autora:

com a convicção de que *o jovem é uma força de transformação histórica*, e ancorada na vertente antropológica humanista, a proposta do voluntariado educativo se apresenta como um dos recursos valiosos que podem contribuir para a formação integral do adolescente e do jovem. Além de ser um campo de *treinamento de liderança*, para que os jovens descubram seus talentos, habilidades e capacidades de *gerenciamento*, o voluntariado contribui para que o adolescente e o jovem amadureçam sua potencialidade humana e relacional e construam com melhor embasamento sua personalidade. [...] Um empenho no voluntariado é um convite ao jovem para *sair do indiferentismo, do conformismo* e, sobretudo, oferece aos *jovens mais pobres* um novo sentido para a vida no serviço à comunidade e aos

mais sofridos. (SBERGA, 2001, p. 151 e 153; grifos nossos)

É possível observar a presença da concepção de moratória no pensamento da autora no que se refere aos(às) jovens, seja para as transformações sociais, formação de líderes (possivelmente com as devidas competências valorizadas pelo mercado) ou para a ajuda aos necessitados (aqui também é possível cogitar que as juventudes, ao mesmo tempo, são concebidas como problema social e que ações voluntárias podem prevenir ações de violência ou ruptura social). O destaque maior reside na idéia de que o voluntariado é uma boa opção de atuação aos(às) jovens pobres.

Segundo Sposito & Corrochano (2005, p. 165-166),

de certo modo, ocorre um novo ocultamento ou naturalização das condições em que as desigualdades sociais operam, pois na ausência de direitos assegurados resta aos atores jovens, muitas vezes sem nenhum apoio de caráter mais duradouro, a tarefa de construir um projeto voltado para o “desenvolvimento local ou comunitário”, deslocando-se para o sujeito a responsabilidade de empreendimentos que não seriam a rigor de sua alçada. Sempre há o risco da mera farsa ou do simulacro de projeto de ação coletiva. Mas, se os jovens são responsáveis pelo projeto, provavelmente poderão sentir-se também responsáveis por seu fracasso, individualizando situações que encontram seus limites nas barreiras estruturais das desigualdades. [...] Como se trata de uma tarefa praticamente irrealizável, na maioria das vezes o “protagonismo” juvenil e a mobilização dos jovens permanecem no campo do discurso que dissimula a inexistência de práticas inovadoras.

Muitos(as) jovens para serem salvos(as) do desemprego e dos processos de exclusão recebem bolsas-estímulo para participar de programas governamentais, sendo obrigados(as) a fornecer como contrapartida ações voluntárias em suas comunidades.

Para além do evidente benefício que o acesso à renda promove, as exigências de contrapartida constituem novos modelos que, se não estiverem submetidos à crítica, serão potencialmente disseminadores de novas formas de dominação, obscurecidas pelo discurso da inserção social e da cidadania. (Ibidem, p. 167)

A universalização e expansão da educação pública também contribuíram para escamotear o problema do desemprego entre a população jovem. Além de ocupar o tempo dos(as) jovens que não têm emprego, tal situação os(as) ensina a se auto-responsabilizarem pela vivência da condição e é funcional à reprodução do capital (MACENO, 2007).

Na convivência com os(as) participantes do Núcleo de Jovens Protagonistas foi freqüente ouvir deles e delas que o objetivo de estarem no grupo é *passar o que aprendem* a outros(as) jovens. Num primeiro momento, existe a percepção do *passar o que se aprende* como sendo o ensinar e inserido num processo dinâmico junto com o aprender. Uma segunda concepção que aponta o *passar o que se aprende* única e exclusivamente como sendo o ensinar. E, por fim, a idéia de que *passar o que se aprende e aprender e ensinar* têm igual significado, embora para alguns a ênfase está na troca e construção de conhecimentos e, para outros, na transferência de conteúdos.

É provável que esse seja um dos aspectos importantes que pode favorecer a ONG de que participam os(as) jovens a desenvolver reflexões a

respeito de sua concepção de educação, da relação educador(a)-educando(a), inclusive nas situações em que os(as) jovens assumem, institucionalmente, um papel educativo perante os pares.

Parece-nos relevante considerar as contribuições de Freire (2004, p. 23-24) quando aponta que *“quem ensina, aprende ao ensinar e quem aprende, ensina ao aprender. [...] Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar”*. Aprender e ensinar para educarem-se mutuamente e se fazerem mais humanos, criadores e criação do mundo em que vivem e convivem. Recusa, portanto, da educação como mera passagem de saberes dos(as) que sabem para os(as) que ainda não sabem, dos adultos que sabem para os(as) jovens que não sabem, dos(as) jovens protagonistas que sabem para os(as) demais jovens que não sabem. Ao contrário, *“só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”* (FREIRE, 2005, p. 67).

Geralmente, se referem às ações educativas como sendo as oficinas educativas que realizam sobre temas que a ONG trata com eles(as) — iniciação sexual, gravidez na adolescência, prevenção às DST/AIDS, direitos sexuais e direitos reprodutivos, violência de gênero, prevenção ao uso abusivo de drogas, cidadania e participação social, consumo responsável, entre outros — e que, por sua vez, tratam com seus pares em escolas, entidades sociais, centros comunitários ou de saúde, etc.

A oficina está relacionada com ser protagonista, mas também com a multiplicação de informações, evidenciando que há compreensões distintas no interior do próprio grupo. Em outras palavras, para alguns jovens deste grupo a oficina é a ação protagônica que desenvolvem pela ONG, enquanto para outros(as) ela serve para multiplicar as informações que aprenderam a outros(as) jovens, situando o protagonizar numa dimensão de maior importância.

Vale destacar, no entanto, que muitos(as) jovens quando mencionam as oficinas educativas, seja nas falas ou nos relatórios, percebemos que há contradição entre o discurso do aprender e ensinar com as pessoas (com o público) e a prática de uma oficina, uma vez que priorizam, justamente, passar o conteúdo e alcançar os objetivos previstos.

Observamos ainda que é comum os(as) jovens empregarem o discurso oficial do Protagonismo Juvenil nos documentos analisados neste estudo, ao contrário das entrevistas e conversas estabelecidas na convivência. Algumas destas até se iniciam com elementos do ideário do Protagonismo Juvenil, mas no decorrer do diálogo emergem pensamentos que transcendem os limites de sua proposta. Há momentos, portanto, em que não se percebe a presença da camisa do Protagonismo Juvenil, sendo desnecessário vesti-la para poder aprender e ensinar com as pessoas e a construir-se sujeito histórico. *“Como se vê as pessoas se formam em todas as experiências de que participam em diferentes contextos ao longo da vida”*. (SILVA et al, s/d, p. 13)

Além dos conteúdos, procedimentos e técnicas que aprendem no projeto enquanto jovens denominados(as) protagonistas, importantes processos e resultados das aprendizagens para a sua atuação, desde a convivência em grupo, passando pelos temas desenvolvidos pela ONG, até

as oficinas, dinâmicas de grupo e relações com os pares, observamos que também aprendem para a vida, realizando reflexões e ações em diversos contextos sociais, tais como a escola, a família, o ambiente de trabalho, os grupos de amigos(as), as comunidades, entre outros, conforme podemos verificar com a fala que segue:

Aprendi a fazer escolhas, tomar decisões importantes, lutar pelos meus ideais, respeitar as diferenças e as opiniões de cada um. Aprendi a expor minha opinião e minha maneira de pensar, sabendo que mesmo que alguns discordem do meu pensamento, “cada ponto de vista é a vista de um ponto”. [...] (Camila)

Dessa forma, os processos educativos ocorridos no projeto que também são sustentados pelo planejamento pedagógico da ONG, ou seja, por seus conteúdos e métodos pensados por uma equipe técnica, não se restringem à formação institucional do(a) jovem protagonista ou multiplicador de informações, mas contribuem para a formação humana dos(as) participantes e para a sua participação nos diversos contextos de suas vidas. Tudo indica, portanto, que a “*experiência social*” (FREIRE, 2004, p. 30) dos(as) jovens tem se relacionado com o conteúdo programático do projeto, ainda que muito mais no processo de execução do que de planejamento e por conta da dinâmica em grupo, das relações estabelecidas entre eles e elas e com a coordenadora-educadora e de como conseguem conduzir, em muitos casos, o processo formativo para além da proposta do Protagonismo Juvenil. São brechas que possibilitam o “*pensar crítico, emoção, curiosidade, desejo*”, a [...] “*experiência de lidar sem medo, sem preconceito, com as diferenças*” (Ibidem, p. 134), levando estes e estas jovens a conhecerem a si mesmos e a se construir sujeitos com os outros para a vida.

No que se refere ao como aprenderam e ensinaram, destacam a convivência, discussões e atividades em grupo, as oficinas, a observação, os diálogos e reflexões, a própria participação social que exercem.

Os(as) jovens reconhecem ainda que têm um papel diferenciado na sociedade, desejam e, em muitos casos, afirmam que fazem a diferença, mas não se sentem os atores principais, melhores do que outros(as) jovens.

Em nosso entendimento, a idéia de fazer a diferença para COSTA & VIEIRA (2006, p. 150) “*trata-se da ocupação pelos jovens de um papel central nos esforços por mudança social*”, mas para os(as) jovens deste estudo ela está mais próxima da busca por deixar a sua marca de sujeito consciente e atuante nos contextos de participação.

Nas entrevistas, perguntamos aos(às) participantes o que mudariam se fizessem parte da diretoria ou coordenação técnica da ONG. Uma das entrevistadas reivindica a participação dos(as) jovens, que suas perspectivas, críticas e propostas sejam consideradas pelos adultos da ONG. E mais, reivindica coerência entre o que falam e o que fazem.

Tudo indica que faltam canais de interface entre adultos e jovens onde todos(as) se reconheçam sujeitos de diálogo, negociação, criação e ação. Estes espaços, além de possibilitar que adultos, efetivamente, escutem os(as) jovens, podem favorecer a apropriação por estes últimos de termos técnicos, conceitos, formas de atuar e de toda uma linguagem que permeiam campos de negociação de políticas e reivindicação de direitos, como os conselhos locais ou municipais, as conferências temáticas, entre outros. A convivência e as ações educativas que realizam, predominantemente entre

pares, podem impedir-lhes o acesso (por falta de incentivo ou mesmo desconhecimento) a instrumentos muito utilizados em processos de conquista por direitos e que estão, em sua maioria, sob o domínio dos adultos. Disso decorre o entendimento de que há assuntos e ações chatos que pertencem ao mundo adulto e de que há uma incompletude nos(as) jovens que os(as) fazem não dar conta de assumí-los.

Por outro lado, se os canais de interface entre adultos e jovens constituir relações pouco igualitárias, da mesma forma não favorecerá a apropriação crítica de instrumentos de lutas sociais e políticas.

Contudo, ainda que os(as) jovens desenvolvam críticas às relações pouco democráticas entre eles(as) e adultos ou que ressaltem a sua autonomia dentro da ONG, por meio da convivência cotidiana percebemos que nem sempre as denúncias se configuram, de fato, em mudanças ou que essa autonomia seja exercida. A força das relações de poder que geram desigualdades entre jovens e adultos desrespeita os “*conhecimentos de experiência feitos*” (FREIRE, 2004, p. 64) dos primeiros e suas potencialidades. A prepotência com que, muitas vezes, atuam os adultos perante os(as) jovens causa discriminação e impossibilita sua participação efetiva (Ibidem).

A metodologia de adolescente para adolescente, por sua vez, utilizada nas ações educativas desenvolvidas pelo projeto, promove o interesse, a motivação, a curiosidade em conhecê-lo mais e dele participar. Assim, ela é vista, inicialmente, com bons olhos pelos(as) jovens e parece ser um importante chamariz da ONG.

No entanto, “*uma outra condição importante para os jovens se constituir como atores sociais é a de trabalhar não somente com os próprios jovens, mas também com seus interlocutores adultos e a sociedade em geral*” (DE TOMMASI, 2004, p. 16).

Nisto reside, a nosso ver, um ponto importante: considerar o(a) jovem efetivamente sujeito de direitos e de participação com possibilidades de também ensinar aos adultos, tornando-se cada vez mais humanos, superando a contradição opressores(as)-oprimidos(as) e se fazendo homens e mulheres em processo de libertação, de humanização (FREIRE, 2005).

No que tange às compreensões dos(as) jovens a respeito de participação social e Protagonismo Juvenil, destaca-se a expressão *fazer parte e tomar parte*. Seja na convivência em grupo, em suas ações educativas ou nos múltiplos espaços em que estão inseridos(as) proclamam que não basta fazer parte das discussões ou daquele contexto, precisam se posicionar para contribuir na tomada de decisões e ações.

De modo geral, o entendimento que prevalece neste grupo é o de que sempre que se protagoniza, se participa. Porém, nem sempre a participação exercida é protagônica. Concordamos com esta compreensão na medida em que consideramos o(a) protagonista sujeito histórico que “[...] *plasma sua forma concreta e histórica, produz a forma de seu mundo e, por sua mediação, a sua própria*” (FIORI, 1991, p. 72). No entanto, há formas de participação em que as pessoas não se encontram nesta condição de sujeitos porque manipuladas ou porque inseridas num faz-de-conta participativo por aqueles e aquelas pertencentes a segmentos dominantes. E “*reduzir o sujeito a objeto, [...] já o desvaloriza radicalmente, desumanizando-o*” (Ibidem, p. 76) e impedindo-o de exercer seu papel histórico.

Este grupo demonstra a noção de que a participação social é mais ampla, mas que o Protagonismo Juvenil é mais intenso e carregado de mais responsabilidades, sendo, portanto, mais difícil de exercer. A participação social parece conter uma insuficiência, necessitando, assim, lançar mão do Protagonismo Juvenil para dar conta da intervenção que se pretende fazer. Essa tendência pelo Protagonismo Juvenil, articula-se com a perspectiva em voga no país de política destinada às juventudes. Os jovens entendem que a palavra protagonismo é mais forte do que participação, pois chama mais a atenção e possibilita que sejam diferentes. Com isso, a pesquisadora fez a relação desse desejo de ser diferente (o de destacar-se) com a disputa de verbas entre ONGs ou projetos que os financiem.

Interessante observar a importância que atribuem à comunhão entre as pessoas, seus saberes e ações. Disto decorre que “[...] a subjetividade não poderia constituir-se num mundo fechado em si mesmo, sem transparência na consciência humana, ou fechada na estreiteza de uma consciência individual, separada dos demais” (FIORI, 1991, p. 84). Decorre também que a atuação do(a) jovem protagonista, nesta perspectiva, possibilita à solidariedade e “o re-conhecimento do outro, como outro, como vítima do sistema” (DUSSEL, 2002, p. 373), mas sobretudo engajar-se nas lutas e assumir a “re-sponsabilidade por esta vítima” (Ibidem, p. 373). Por outro lado, quando questionados(as) sobre o nome do grupo, retomam a idéia de centralidade, de atores principais das ações, bem como do fazer a diferença. Além disso, nenhum dos(as) jovens questionou ou criticou o termo protagonistas como se isso já fosse algo dado, estabelecido. Os(as) jovens também se auto-avaliaram e a maioria relata que tenta ser ou que se considera parcialmente protagonista.

Tudo indica que a perspectiva dos(as) jovens investigada não está descolada da perspectiva da ONG, como também da perspectiva configurada para além de seus muros institucionais — políticas internacionais e governamentais nacionais voltadas às populações juvenis.

A noção de luta marca presença em suas falas, mas observamos que são poucos(as) os(as) jovens que lhe atribuí um sentido mais amplo, relacionado à realidade macro social logo num primeiro momento. Em geral, tendem a contextualizar os desafios e propostas de superação numa esfera mais ampla e estrutural quando provocados(as) pela coordenadora-educadora. Isso não significa que esta doa-lhes saberes críticos para desvelamento da realidade, mas que foi o próprio processo de conscientização de uns com os outros e com o mundo que possibilitou tal leitura. E quando se trata de conscientização queremos dizer que não é somente a tomada de consciência da realidade, mas, sobretudo “*aprendizado autêntico*” (FIORI, 1991, p. 78), opção pelo ser humano (humanização) e “*luta por sua desalienação*” (Ibidem, p. 74).

Ainda que os(as) jovens façam tal contextualização, partem do princípio de que as transformações sociais e a idéia de mudar o mundo devem acontecer do micro para o macro, mas não percebemos, pelo menos não claramente, a perspectiva de uma política do consenso e de idéias desideologizadas. Ao contrário, posições políticas são assumidas pautadas em valores da justiça, da solidariedade, da igualdade de direitos nas diferenças, de transformação e consciência crítica, mas, evidentemente, raramente se reconhecem de forma aberta como de esquerda, por exemplo.

Nosso entendimento é de que os(as) jovens, como quaisquer outros sujeitos, não são totalmente conscientes ou totalmente alienados(as) o tempo todo, mas num contexto social, político, cultural e econômico bastante distinto e permeado por armadilhas ideológicas e práticas do sistema capitalista, bem como por valores e concepções humanizadoras, se constroem sujeitos e vão tomando consciência crítica na busca da humanização.

Ressaltam a percepção de que a mudança deve se iniciar no nível micro, nos contextos locais e ir tomando maiores proporções. Numa relação dialética, as mudanças iniciadas em âmbito pessoal e local estão contextualizadas numa realidade social, política, econômica e cultural mais ampla que para ser transformada necessita também das pequenas lutas, das microtransformações.

A consciência e a ação também são elementos-chave para os(as) jovens quando se remetem ao tema deste estudo. Para dar sentido à existência do grupo é preciso ter ação. A discussão não é vista como uma ação, sendo necessária a participação em oficinas, projetos ou eventos para se sentirem atuantes no grupo. Já houve casos em que jovens saíram do projeto por se sentirem um peso morto, um participante sem utilidade.

Em contrapartida, segundo Freire (2006), a consciência crítica por si só não é bastante para a transformação, é preciso luta política, engajamento. Rejeita, por outro lado, o ativismo ingênuo e enfatiza a ação e reflexão como unidade indicotomizável (FREIRE, 2005).

Agir, refletir, tomar decisões, superar contradições, tecer novos olhares, participar, aprender com as incoerências, desafios ou conquistas pessoais e do grupo, entre outras ações são praticadas pelos(as) jovens por vezes de forma conscientemente crítica, outras nem tanto. E é justamente em virtude deste processo imperfeito, mas de busca pela coerência que se dão as práxis destes e destas jovens.

### **Para além da ONG...**

Entendemos que os resultados da pesquisa podem contribuir com as escolas porque favorecem reflexões sobre a superação da opressão e desumanização que relações verticalizadas entre adultos e jovens propiciam; com as ONGs que atuam com jovens, para além destas reflexões, por meio da importância de uma perspectiva libertadora de educação, de escutar as juventudes e suas propostas de participação.

Entretanto, o presente trabalho aponta três limites da formação desenvolvida pela ONG: 1) a formação política para a participação que se situa no campo da militância (e não do voluntarismo ingênuo) como aquela que é inerente à vida em sociedade e direito de qualquer cidadão ou cidadã para a discussão dos rumos da coletividade. 2) a participação autônoma e/ou tutelada dos sujeitos jovens no interior da rede de assistência social e o atrelamento das políticas formuladas pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente ao poder executivo das Secretarias de Assistência Social. 3) a luta pela melhoria da qualidade da educação escolar.

Nossas inquietações, portanto, se direcionam de modo privilegiado neste momento a uma dimensão mais ampla, macrossocial, de transformações mais estruturais.

Se a pesquisa nos apontou processos educativos humanizadores e emancipadores que lhes favoreceram a apreensão de si mesmos(as) e dos

outros como sujeitos atuantes, dialógicos e com objetivos em comum de transformação, agora nos cabe questionar se as mudanças alcançam dimensões também objetivas e não somente subjetivas.

Conforme assinala Sposito na introdução da obra *Espaços Públicos e Tempos Juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*,

grande parte das ações voltada para os jovens, sobretudo aquelas destinadas aos jovens de baixa renda, com orientações socioeducativas, pouco oferecem, de fato, melhores condições de transição para o mundo adulto, sendo efetivamente frágeis as dimensões de provisão de um futuro melhor. Na verdade, são decorrência de uma significativa vocação “presentista”, traduzida na mera ocupação do tempo livre dos jovens, quando este não é absorvido pelos ritmos das instituições tradicionais da socialização. Não asseguram de fato uma melhor transição para a vida adulta e modelam a experiência do presente a partir de uma lógica eminentemente calcada na idéia de uma formação complementar, institucionalizada e compulsória. Quando podem se manifestar e quando são ouvidos, os jovens demandam alterações efetivas em mundos que dizem respeito às possibilidades de constituição de um outro futuro sendo dimensões desse projeto a escola e o trabalho. Ao lado dessas preocupações, desejam experimentar intensamente os tempos presentes na esfera do lazer, da fruição e do acesso aos bens culturais desde que condições mínimas na vida urbana estejam asseguradas. (SPOSITO, 2007, p. 35; últimos grifos nossos)

Neste sentido, nos parece necessário avançar nas dimensões objetivas, materiais e concretas no que tange à formação das juventudes em âmbitos não escolares, como a efetivação de direitos básicos à sobrevivência, sua inserção no mercado de trabalho (desde que o objetivo não seja estritamente o de adaptação, mas como direito), sua formação política para a participação crítica na esfera pública, lutando pela garantia e ampliação dos direitos, não negligenciando a melhoria da qualidade da educação escolar pública.

Isso significa que educar para o fortalecimento das subjetividades não implica em se contentar com o bem-estar presente dos(as) jovens proporcionado pelas atividades socioeducativas. Significa lutar para estabelecer relações transformadoras com as condições objetivas de suas vidas e da sociedade, transcendendo a mera adaptação à ordem hegemônica.

Por isso mesmo lançamos mão da perspectiva dialética de Adorno (2010) quando trata da ambiguidade da educação e da cultura, que pode formar para a consciência crítica e para a alienação, para a resistência e para o conformismo. Em qualquer caso, é necessário refletir e dialogar sobre, é colocar os medos e as angústias em discussão, em vez de escamoteá-los e de elaborar a farsa do “está tudo bem”. É realizar o exercício da crítica e do compromisso com a emancipação que necessariamente implica em *práxis*.

A única possibilidade que existe é tornar tudo isso consciente na educação; por exemplo, (...) colocar no lugar da mera adaptação uma concessão transparente a si mesma onde isto é inevitável, e em qualquer hipótese confrontar com a consciência desleixada. (ADORNO, 2010, p. 154)

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

COSTA, Antônio Carlos G., VIEIRA, Maria A. **Protagonismo Juvenil: adolescência, juventude e participação democrática**. 2.ed. São Paulo: FTD; Salvador: Fundação Odebrecht, 2006.

DE TOMMASI, Lívia. **Abordagens e Práticas de Trabalho com Jovens das ONGs Brasileiras**. Data de publicação: Julho/2004. Disponível em: [http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13\\_Biblioteca/Textos%20e%20artigos/texto\\_livia.pdf](http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Textos%20e%20artigos/texto_livia.pdf). Acesso em: 24 mar. 2009.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FIORI, Ernani Maria. **Textos Escolhidos: v. II – educação e política**. Porto Alegre: L&PM, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

MACENO, Talvanes E. Educação para Todos: universalizando a educação para o desemprego crônico. **Revista Educação & Cidadania**, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 41-52, 2007.

REIS, Denise M. **A Participação Social na Perspectiva dos(as) Jovens Protagonistas da ONG SOS adolescente**. 2009, 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SBERGA, Adair Ap. **Voluntariado Jovem: construção da identidade e Educação sócio-política**. São Paulo: Salesiana, 2001.

SILVA, Petronilha B. G. et al. **Práticas Sociais e Processos Educativos: costurando retalhos de uma colcha a colcha**. s/d. Texto mimeo.

SPOSITO, Marília P., CORROCHANO, Maria C. A Face Oculta da Transferência de Renda para Jovens no Brasil. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 141-172, nov. 2005.

SPOSITO, Marília P. (Coord.). **Espaços públicos e Tempos Juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.